

Junho 2022

Ecosistema da Sustentabilidade no Poder Judiciário do Estado do Paraná

COMISSÃO DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

CASA-TJPR

Comissão de Gestão Socioambiental

Altimar de Souza Junior

Izabel Vieira Szeremeta

Jessica Faret Teixeira dos Santos Machnicvicz

Priscilla Kiyomi Endo

Vinicius Silva Nass

Vitório Garcia Marini

Junho 2022



Ecosistema da Sustentabilidade no Poder Judiciário do Estado do Paraná

A Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário do Estado do Paraná é regulamentada pela Resolução do Órgão Especial nº 324/2021, com integral adequação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, aos princípios do Pacto Global da ONU, bem como aos preceitos estabelecidos pela Resolução nº 400/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

A política tem como objetivo contribuir com o desenvolvimento sustentável e tem a finalidade de definir projetos e atividades, visando ao combate de todas as formas de desperdício de recursos naturais e de bens públicos; elaborar planos e projetos visando à minimização dos impactos ambientais; sensibilizar, conscientizar e mobilizar os membros do judiciário para a adoção de boas práticas socioambientais; propor projetos visando à redução dos custos operacionais através do comprometimento com a eficiência e a racionalidade no uso dos recursos públicos, eliminando o desperdício; desdobrar os projetos em ações e atribuições para as diversas unidades administrativas do Poder Judiciário do Estado do Paraná; e construir uma imagem ambientalmente positiva junto à sociedade.



EM FOCO
Sustentabilidade



6º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável

LOCAL Ateliê de Inovação TJPR

DATA 22 de junho 2022

Na data de 22 de junho, no Ateliê de Inovação do Tribunal de Justiça, ocorreu o 6º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável.

O 6º evento foi dividido em três etapas. Esta do dia 22 reuniu representantes das Comissões de Sustentabilidade dos órgãos da justiça, entre eles, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), Ministério Público do Paraná (MPPR), Tribunal de Contas do Paraná (TCE-PR), Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT9) e da Justiça Federal do Paraná (JFPR), em que se compartilharam iniciativas, projetos e práticas de sustentabilidade.

A iniciativa teve como propósito promover a reflexão e sensibilização às questões de sustentabilidade por parte do Poder Judiciário. A organização do evento se encontra em consonância com a Resolução nº 400/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece aos tribunais a necessidade da realização contínua das ações de sensibilização e capacitação na temática socioambiental.

A Comissão de Gestão Socioambiental (CASA) do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná expôs as iniciativas da Corte paranaense para a sustentabilidade, elencando suas práticas assim como os desafios encontrados no decorrer dos projetos, a saber:

- **Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos**

Criado por intermédio da Resolução do Órgão Especial nº 287/2021, em razão da demanda de acompanhamento específico, no âmbito do Poder Judiciário, de questões procedimentais envolvendo a temática de Direitos Humanos, principalmente no que se refere à democratização do acesso à justiça, ao combate da violência institucional, às garantias dos direitos dos jurisdicionados e à proteção de pessoas em situação de risco.

- **Programa de eficiência energética**

Contemplado pelo Edital de Chamada Pública da Companhia Paranaense de Energia Elétrica (Copel). Assim, as lâmpadas fluorescentes estão sendo substituídas por unidades tipo LED, que são mais econômicas, eficientes, não emitem calor nem radiação ultravioleta, além de terem uma vida útil quatro vezes maior do que as fluorescentes. A substituição, que está sendo realizada em 102 (cento e dois) prédios do Poder Judiciário em todo o Estado, será 100% reembolsada pela Copel. Além da diminuição de cerca de R\$ 1,6 milhão ao ano no consumo de energia, há a redução de custos indiretos atrelados à maior vida útil dos equipamentos, o que gerará uma economia futura em função da menor necessidade de troca de lâmpadas queimadas.

- **Cartilha de Consumo Consciente de Energia Elétrica**

O documento foi divulgado em outubro de 2021 e ressalta a relevância da colaboração de todas e todos do Poder Judiciário do Paraná para que adotem uma postura ética quanto ao uso dos recursos naturais. O informativo trata do uso da iluminação, do ar condicionado, dos elevadores e computadores. São práticas simples, as quais devem se tornar uma saudável rotina de comportamento individual e coletivo.

- **Usina fotovoltaica em Campo Mourão.**

O TJPR iniciou o trabalho para a construção e a prefeitura doou um terreno 242 mil metros quadrados para a obra cujo objetivo será gerar energia com baixa emissão de gás carbônico e, conseqüentemente, com pequeno impacto ao meio ambiente. Tanto o projeto básico quanto o arquitetônico já foram elaborados, faltando ainda a contratação dos projetos específicos de cabines de média tensão, de distribuição de média tensão e os estudos específicos para as aprovações na concessionária de energia, os quais estão em fase de instrução. O Tribunal utilizará o sistema de compensação, por meio do qual gerará energia e compensará o valor equivalente da fatura mensal da conta agrupada de energia elétrica do órgão. Estima-se que a usina deverá gerar em energia o equivalente a R\$ 3 milhões ao ano.

- **Convênio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e Município de Curitiba**

A cooperação entre as partes visa a destinação de bens apreendidos armazenados no Fórum Criminal de Curitiba para o Município de Curitiba, a fim de que este realize a destinação ambientalmente adequada de tais bens. Dentre os itens que compõem o objeto do Termo de Convênio tem-se eletrônicos, produtos químicos como baterias, pilhas, tintas, bicicletas, capacetes, roupas e acessórios. A destinação é realizada pela Fundação de Ação Social e pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O convênio teve início em 2021 e sua validade é até 2024.

- **Incentivo da coleta seletiva solidária**

Mediante credenciamento de associação de catadores e resíduos recicláveis a iniciativa também recomenda a restrição do fornecimento de copos plásticos descartáveis ao público interno. Tem como objetivo a otimização do gasto público e a adoção de hábitos e práticas de sustentabilidade, racionalização e uso consciente dos recursos no âmbito do TJPR, assim como a limitação de fornecimento de copos descartáveis, permitindo apenas às unidades em que haja recepção de público externo, bem como a gradual substituição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis por sistemas de filtragem, bebedouros e purificadores e por embalagens retornáveis.

Projetos Sustentáveis



O Encontro também teve a presença da servidora, chefe da Seção de Gestão da Sustentabilidade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), apresentando as práticas sustentáveis que são adotadas.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

USINA FOTOVOLTAICA

Obra que surgiu com a finalidade de suprir a necessidade de consumo de energia elétrica da totalidade dos imóveis da Justiça Eleitoral Paranaense, em consonância com as normas emanadas do Conselho Nacional de Justiça. O projeto se iniciou com a necessidade visível após o aumento de gastos energéticos.

Assim, foi-se escolhida a cidade de Paranaíba, local com maior incidência solar do estado do Paraná. A prefeitura doou um terreno de 28 mil metros quadrados por meio de lei municipal, localizado a 800 metros da subseção da Copel. Com um ano e seis meses de execução, a Usina teve sua inauguração no ano de 2019. A maior usina fotovoltaica de um órgão público brasileiro, com suas 6.200 placas e capacidade instalada de 2 megawatts/pico.

PROJETO DE ARBORIZAÇÃO TRE

Há uma comissão permanente, com servidores da capital e do interior. A doação de mudas é feita pelo sistema IAT, de acordo com as necessidades de cada região. Foi elaborado também um guia de arborização, orientando os servidores sobre a prática.



GESTÃO DE RESÍDUOS

Tem-se um Termo de Compromisso com associações e cooperativas para a destinação de resíduos sólidos, assim como a inauguração de um novo ecoponto na semana do meio ambiente. As tampinhas solidárias são destinadas para os asilos em troca de fralda geriátrica e os lacres de alumínio são revertidos em troca de cadeira de rodas.

CONSUMO DE ENERGIA

Para evitar o desperdício de energia, foram substituídas mais de 11 mil lâmpadas fluorescentes por outras de LED e realizada a troca de duas unidades refrigeradoras Chiller por um sistema de Fluxo de Refrigerante Variável (VRF). Com as substituições, o TRE-PR obteve uma economia de 10% ao ano, o que representa, aproximadamente, R\$ 250 mil a menos no consumo de energia elétrica, sem considerar a redução da demanda de ponta.

SISTEMAS CONTRA O DISPERDÍCIO DE ÁGUA

Já para economizar água, são utilizados dois tipos de cisternas de reuso: três enterradas (de 5.000 e 6.000 litros) e seis verticais (de 1.050 litros cada). Assim reaproveita-se a água da chuva, que é usada para regar plantas, lavar calçadas, entre outras atividades. Há também dois reservatórios de contenção de cheias com capacidade de reter um total de 187m³ de água, que ajudam a evitar enchentes.

É também feito o uso de mascotes para campanhas de capacitação e sensibilização.

Projetos Sustentáveis



O TRT da 9ª região foi representado pela juíza titular da 09ª Vara do Trabalho de Curitiba e suplente da Comissão Permanente Gestora do Plano de Logística Sustentável e o secretário da Comissão Permanente Gestora do Plano de Logística Sustentável.

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO PARANÁ

VOLUNTÁRIOS SUSTENTÁVEIS

O Tribunal conta com 238 multiplicadores, que são servidores, voluntários, de unidades judiciárias e administrativas do interior e da capital do Paraná, colaboradores na promoção de ações sustentáveis. Assim, o TRT-PR promove a execução de práticas sustentáveis pela ação conjunta da administração maior, da Comissão de Responsabilidade Socioambiental, dos multiplicadores e dos magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços.



Cada unidade judiciária e administrativa do TRT-PR conta com pelo menos um servidor voluntário em atuar como multiplicador de ações sustentáveis, onde se tem concedido registro de elogio funcional aos multiplicadores que atendam a critérios de desempenho. Este elogio funcional é efetuado a cada 02 anos, sempre ao final de cada gestão administrativa.



SELO INTELIGÊNCIA DE SUSTENTABILIDADE

É uma certificação concedida às unidades de trabalho do TRT-PR, que visa o reconhecimento de práticas de responsabilidade socioambiental. O objetivo é a promoção de melhorias contínuas da gestão socioambiental do Tribunal. É também feito o uso de mascotes para campanhas de capacitação e sensibilização.

Atualmente as unidades participam de um evento específico da Justiça do Trabalho que trata da sustentabilidade e partir de um questionário denominado Formulário de Responsabilidade Socioambiental, preenchido sobre todo o trabalho da unidade ao longo de cada ano, estas mesmas são pontuadas. Há uma comissão específica que faz a análise desses questionários e a partir da pontuação que cada uma recebe, elas obtêm o Selo de Inteligência Socioambiental que é caracterizado em três categorias. Uma vez certificada, a unidade recebe placa contendo a identidade visual do SEI.

CONVERSA SOBRE SUSTENTABILIDADE

O corregedor vai presencialmente com uma pequena equipe em cada uma das 96 unidades todos os anos, e um servidor de cada unidade foi capacitado para falar sobre sustentabilidade.

MULTIPLICANDO SUSTENTABILIDADE

Trata-se de um novo projeto que começou esse ano e tem como proposta um ciclo de palestras feito em parceria com a escola judicial do TRT9 tratando de temas correlatos. Já ocorreram duas palestras, com o tema: "Transtorno do espectro autista do diagnóstico à inclusão" e "Consumo exagerado de plástico: problemas e alternativas sustentáveis".

INCLUSÃO DIGITAL

O TRT9 conta com um projeto que visa a formação técnica de jovens em situação de vulnerabilidade, com a duração de três meses e também uma programação cultural para os filhos dos servidores terceirizados e estagiários com a oportunidade de conhecer o Tribunal. Inclui contação de histórias, gincana de sustentabilidade, mini-tour, audiências simuladas, e feira de troca de livros e brinquedos.

PAINEL DE SUSTENTABILIDADE

Foi criada uma comissão permanente gestora do plano de logística sustentável, sendo uma inovação trazida pela resolução 400 do CNJ. Conta com um projeto de elaboração do painel de sustentabilidade, que está em fase de homologação, onde o cidadão terá acesso aos dados disponíveis.

AVALIAÇÃO DE INDICADORES

Também se tem a criação dos grupos executivos, onde eles são formados pelos gestores titulares (ou seus substitutos) das áreas que têm impacto no desempenho do indicador, a fim de que as avaliações ocorram de forma sistêmica, colaborativa e com uma visão ampla sobre o plano na sua integralidade. A partir do debate sobre o indicador pelos gestores com experiência técnica e operacional na temática em análise, são definidas as metas e as ações mais objetivas para cada indicador - em fase de definição das metas 2022 para os indicadores e respectivos planos de ação.

Em 23 de setembro foi inaugurada a Alameda do TCE-PR, ação que visa fomentar a necessidade eminente de preservação do meio ambiente, com o plantio e distribuição de mudas de árvores nativas, todas fornecidas pelo Horto Municipal de Curitiba.



Solenidade de inauguração da Alameda do TCE-PR

Projetos Sustentáveis



O Tribunal de Contas do Estado do Paraná foi representado por duas servidoras membros da Comissão de Sustentabilidade, que foi instituída recentemente, em agosto de 2021.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Foi feito Inventário do consumo de energia, combustível e resíduos sólidos, para depois, em parceria com a Secretaria do Desenvolvimento Sustentável e do Turismo e o Instituto Água e Terra fazer a compensação dos gases emitidos pelo Tribunal. Também foi feita a aquisição de três conjuntos de caixas de acrílico para o descarte de vários materiais recicláveis, como: material de escritório; tampas; lacres; e esponjas de lavar louça. A casa já contava com recipiente para o descarte de pilhas, baterias, lâmpadas e remédios.

ECONOMIA DE ENERGIA

Foram instalados interruptores e botoeiras em locais que ainda não contavam com tal aparato. Ainda, está em análise a migração para o mercado livre de energia elétrica, concomitante a análise para implantação de placas fotovoltaicas, bem como a revisão do consumo de água, priorizando os banheiros onde possuíam vazamentos. Um estudo está em andamento para elaboração do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Tribunal e um projeto para redução dos copos e garrafas plásticas.

Projetos Sustentáveis



O Ministério Público do Paraná teve como representante a promotora de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça, membro da Comissão de Gestão Socioambiental do MPPR, composta atualmente por 10 membros.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ

CAPACITAÇÃO ESPECIALIZADA

É feita periodicamente a capacitação dos colaboradores terceirizados sobre práticas ambientais, assim como um trabalho com os multiplicadores para chamar a atenção dos demais colegas para hábitos simples, do dia a dia, como usar copos descartáveis.

No decorrer do ano anterior, foi encaminhado durante todos os meses um informativo virtual aos multiplicadores para que discutissem aquele tema com os colegas ao longo do mês. Assim como ocorreram encontro virtuais com os multiplicadores, tendo a ajuda de psicólogas, com o objetivo de saber administrar conflitos.

ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES

Nos projetos das sedes próprias, já estão sendo incluídos itens relacionados a sustentabilidade. Materiais com mais conforto térmico; placas de energia fotovoltaica; utilização de bebedouros; iluminação em LED; e elementos na fachada para diminuir a incidência solar.

Projetos Sustentáveis



Pela Justiça Federal esteve presente o juiz coordenador do Plano de Logística Sustentável da JFPR, que compartilhou as ações de racionalização e consumo conscientes

JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

ADEQUAÇÕES PARA ECONOMIZAR

O projeto foi iniciado com a substituição de lâmpadas fluorescentes por LED tubulares; reprogramação dos bancos de capacitores da subestação, evitando multas por consumo de reativos; reprogramação do exaustores e transformadores da subestação, com funcionamento mais eficiente; adequação do contrato de energia elétrica com a Copel para a tarifa mais adequada ao uso (tarifa horo sazonal verde).

AQUISIÇÃO DE USINA SOLAR FOTOVOLTAICA EM LONDRINA

A usina conta com 442 placas em uma área de 881 m², o que representa aproximadamente o consumo de 36 casas com quatro pessoas, tornando o Edifício-sede da Justiça Federal na cidade quase totalmente sustentável. A previsão é que seja alcançada uma economia por mais de 20 anos, com baixo custo de manutenção, diminuindo o consumo de energia elétrica e atingindo uma redução de 70% na fatura de energia.

CONSUMO CONSCIENTE

Também foi compartilhado sobre o consumo de papel e copo plástico de forma consciente, e o reforço do uso de impressão frente e verso. Também se promoveu a diminuição no número de impressoras (próprias e de terceiros); a identificação de discrepâncias no consumo de papel e copos plásticos (café e água); o incentivo do uso de canecas, copos de vidros ou copos biodegradáveis; campanhas coordenadas para conscientização e redução do consumo e a correta destinação de todos os resíduos poluentes gerados pelo SJPR.

CAMPANHAS ESPECIAIS

São feitas 3 campanhas no período por ano e há acompanhamento permanente dos servidores portadores de necessidades especiais (o Tribunal possui uma Comissão de Acessibilidade e Inclusão) e uma Comissão de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral e do Assédio Sexual. São feitas também campanhas para adesão à Ginástica Laboral; há acompanhamento permanente dos servidores em teletrabalho; promove-se a valorização dos funcionários terceirizados; há realização de palestras em temas relacionados à saúde mental, física e psíquica e de esclarecimento.

COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Sobre compras e contratações sustentáveis, é feita melhora contínua das especificações dos materiais e compra compartilhada com Órgãos do SUSTENTA PARANÁ e demais Subseções da Região Sul; há aquisição de computadores com critério de sustentabilidade (RoHS), que proíbe o uso de substâncias perigosas, tais como: cádmio, mercúrio e chumbo; aquisição de papel com certificação FSC, a qual identifica produtos madeireiros e não madeireiros originados do bom manejo florestal; exigência de selo PROCEL em aquisições de lâmpadas e derivados, orientando a aquisição de equipamentos mais eficientes e que consomem menos energia.

BOAS PRÁTICAS ENERGÉTICAS

Foi feita aquisição de lâmpadas LED para economia de energia elétrica e a exigência de certificados do INMETRO em contratações de móveis e materiais elétricos, assim como a contratação de empresa para descarte de lâmpadas com certificação. Houve a inclusão nos editais de boas práticas de compras sustentáveis no âmbito da 4ª Região.

A Justiça Federal – Seção Judiciária do Paraná é signatária desde 2019 da Rede Sustenta Paraná – Rede Paranaense para a Sustentabilidade na Gestão Pública, que constitui um espaço permanente deliberativo e propositivo de questões e iniciativas relativas à responsabilidade socioambiental e à sustentabilidade.

GESTÃO DE RESÍDUOS

Os resíduos como papel, plástico, metal, vidro e eletrônico da Subseção Judiciária de Curitiba são coletados e destinados à reciclagem através de convênio com uma Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. Os resíduos como pilhas e baterias são encaminhados para descarte através da Prefeitura de Curitiba.

Em relação às lâmpadas de LED, maioria em uso em toda a SJPR, podem ser enviadas para reciclagem. Quanto às demais lâmpadas, fluorescentes, eletrônicas, incandescentes, mistas e de sódio, em fevereiro de 2020 houve a coleta e destinação a uma empresa especializada, que possui um sistema de destruição e descarte com segurança evitando a contaminação. Relativamente aos resíduos de obras, a JFPR incluiu nos contratos de obras e reformas que a empresa contratada deve fazer o descarte correto dos materiais, fornecendo o Certificado de Destinação Final dos resíduos.

INICIATIVAS COMUNS

Algumas práticas são comuns entre os órgãos, entre elas, os programas de eficiência energética, como as trocas de lâmpadas fluorescentes por unidades tipo LED, que são mais econômicas e eficientes, assim como as usinas fotovoltaicas, que estão sendo implantadas ou em fase de projeto em quase todos os tribunais.

Ademais, também foi implementado o programa de arborização que o TCE, TRE e o TJPR, com o denominado "Bosque dos Desembargadores" implantaram, como forma de incentivar o reflorestamento e a preservação ambiental.



A restrição e o fornecimento de copos plásticos descartáveis também são práticas comuns, com a gradual substituição de água mineral envasada em embalagens plásticas descartáveis por sistema de filtragens, bebedouros, e purificadores por embalagens retornáveis.

Outra prática compartilhada é o credenciamento de associações e cooperativas para a destinação de resíduos sólidos, assim como o Termo de Convênio para bens apreendidos no Fórum Criminal de Curitiba para o Município de Curitiba, a fim de que este realize a destinação ambientalmente adequada de tais bens.

Considerações *Finais*

Também foi exposto no encontro os problemas enfrentados por cada um dos órgãos para a gestão judiciária em questão. O TJPR elencou os principais desafios para quem trabalha com a sustentabilidade, sendo um deles, a dificuldade em viralizar as campanhas. Como transformá-las em ações virais para o poder judiciário; como usar as redes sociais, o marketing digital para chegar até as pessoas que estão distantes das tomadas de decisões.

Outra dificuldade enfrentada é sobre o caminho a ser percorrido para sensibilizar de forma mais eficiente, como chegar de forma mais efetiva na ponta, utilizando sempre de novas ideias, que em algumas vezes ficam escassas.

Já o TRT9 contribuiu com o fato de que as áreas ainda veem o PLS como "algo a mais" para se fazer. Fazem suas rotinas normalmente, mas ainda fica aquele resquício de que seria algo além do que o servidor faz. O PLS tem que ser uma ferramenta de governança.

Assim como outra dificuldade encontrada é localizar pessoas que queiram ser multiplicadores. O sujeito tem que se desdobrar em fazer suas atividades habituais, e mais as do multiplicador, e ainda encontrando muitas vezes uma resistência entre as equipes e também é muito difícil a comunicação, o diálogo da comissão com as unidades judiciárias do interior.

O Ministério Público encontra dificuldades em fazer eventos e encontros com os multiplicadores do interior, sendo uma das soluções as conferências virtuais. Assim como também o aumento do uso dos copos plásticos durante a pandemia, com o retrocesso da não utilização dos bebedouros. Outro ponto que foi destacado foi a falta de ter algum servidor com dedicação exclusiva para tratar do tema.

Já a Justiça Federal compartilhou o desafio de como encontrar servidores e mantê-los motivados e engajados.

Os órgãos judiciários compartilham de algumas semelhanças nos atos normativos: o Plano de Logística Sustentável; os Relatórios de Desempenho Anual; Relatório de Comunicação de Engajamento, presente no Tribunal de Justiça e na Justiça Federal; Guia de Contratações Sustentáveis, feito pelo Tribunal Regional Eleitoral e o Tribunal Regional do Trabalho da 09ª Região.

O Poder Judiciário é um ator relevante para a implementação, execução, incentivo e imposição das obrigações assumidas perante a comunidade internacional para a concretização dos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

A administração pública tem a responsabilidade de colaborar no combate das questões ambientais, em busca de estratégias inovadoras que reconsiderem os atuais padrões de formação, consumo e objetivos econômicos. A adoção de uma gestão judiciária sustentável no centro das organizações tem especial finalidade, e é de grande valia o incentivo de práticas sustentáveis a cada membro, em atuações individuais, assim como a colaboração de todos os indivíduos como multiplicadores de ações equilibradas.

O 6º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável trouxe um grande debate sobre as ações práticas adotadas no dia-a-dia, a consciência ambiental, assim como as dificuldades e desafios enfrentados na execução dos projetos. Contribuindo com o fomento à sustentabilidade no âmbito administrativo, com base em diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça.

PARTICIPANTES	PRÁTICAS COMUNS	PRÁTICAS ÚNICAS
<p>TJPR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de Lâmpadas fluorescentes por LED; • Construção de Usina Fotovoltaica; • Credenciamento de associação de catadores e resíduos recicláveis; • Limitação de fornecimento de copos descartáveis, com a gradual implementação de bebedouros e purificadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos; • Cartilha de Consumo Consciente de Energia Elétrica no Poder Judiciário; • Termo de Convênio para a destinação de bens apreendidos o Fórum Criminal de Curitiba para o Município de Curitiba.
<p>TCE-PR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O plantio e distribuição de mudas de árvores nativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inventário do consumo de energia.
<p>TRE-PR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Usina Fotovoltaica; • Projeto de Arborização; • Termo de Compromisso com associações e cooperativas para a destinação de resíduos sólidos; • Substituição de Lâmpadas fluorescentes por LED. 	<ul style="list-style-type: none"> • Tampinhas Solidárias.
<p>MPPR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de Lâmpadas fluorescentes por LED; • Placas de energia fotovoltaica. 	
<p>TRT9</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Selo Inteligência de Sustentabilidade; • Projeto Conversa sobre sustentabilidade; • Projeto Multiplicando Sustentabilidade.

PARTICIPANTES	PRÁTICAS COMUNS	PRÁTICAS ÚNICAS
JFPR	<ul style="list-style-type: none"> • Substituição de Lâmpadas fluorescentes por LED; • Usina solar fotovoltaica; • Diminuição do consumo de papel e copo plástico; • Convênio com uma Cooperativa de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reprogramação dos bancos de capacitores da subestação; • Reprogramação do exaustores e transformadores da subestação; • Campanhas de Doação de Sangue.

PARTICIPANTES	DIFICULDADES/PROBLEMAS
TJPR	<ul style="list-style-type: none"> • Viralizar campanhas, como transformá-las em ações virais; • Como sensibilizar de forma mais eficiente.
TCE-PR	-
TRE-PR	-
MPPR	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades em fazer encontros com os multiplicadores do interior; • Aumento do uso de copos plásticos durante a pandemia; • Falta de ter algum servidor com dedicação exclusiva para tratar do tema.
TRT9	<ul style="list-style-type: none"> • As áreas ainda veem o PLS como "algo a mais"; • Localizar pessoas que queiram ser multiplicadores; • Comunicação e diálogo da comissão com as unidades judiciárias do interior.
JFPR	<ul style="list-style-type: none"> • Como encontrar servidores e mantê-los motivados.

PARTICIPANTES	ATOS NORMATIVOS
<p>TJPR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Logística Sustentável – PLS; • Relatório de Desempenho Anual; • Relatório de Comunicação de Engajamento; • Manual de Resíduos do Tribunal de Justiça do Paraná.
<p>TCE-PR</p>	<p>-</p>
<p>TRE-PR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Logística Sustentável – PLS; • Plano de Ações – PLS; • Relatório de Desempenho • Guia de Contratações Sustentáveis.
<p>MPPR</p>	<p>-</p>
<p>TRT9</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cartilha de Boa Práticas Sustentáveis; • Guia de Contratações Sustentáveis.
<p>JFPR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Logística Sustentável – PLS; • Plano de Ações – PLS; • Relatório de Comunicação de Engajamento.





TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ